EDUCAÇÃO
V.13 • N.2 • 2026 • Publicação Contínua

ISSN Digital: 2316-3828
ISSN Impresso: 2316-333X
DOI: 10.17564/2316-3828.2026v13n2p306-319

INTERFACES CIENTÍFICAS

OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA NO CONTEXTO POLÍTICO POLARIZADO BRASILEIRO DO SÉCULO XXI

CONTEMPORARY CHALLENGES FACING GEOGRAPHY TEACHERS IN BASIC EDUCATION IN BRAZIL'S POLARIZED POLITICAL CONTEXT IN THE TWENTY-FIRST CENTURY

LOS DESAFÍOS CONTEMPORÁNEOS DEL PROFESORADO DE GEOGRAFÍA EN LA EDUCACIÓN BÁSICA EN EL CONTEXTO POLÍTICO POLARIZADO EN BRASIL EN EL SIGLO XXI

Bruno dos Santos Nascimento[1]
Raimundo Lenilde de Araújo[2]

RESUMO

Este artigo analisa os desafios contemporâneos vivenciados pelos professores de Geografia na Educação Básica frente ao cenário de polarização política no Brasil do século XXI. A disciplina, de caráter crítico e analítico, assume papel central na formação cidadã ao problematizar território, desigualdades socioespaciais, meio ambiente e globalização. No entanto, a intensificação da polarização tem repercutido diretamente na prática docente, manifestando-se em tensões no espaço escolar, restrições à liberdade de cátedra e tentativas de silenciamento de debates. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa de natureza bibliográfica, apoiada em autores clássicos e contemporâneos do ensino de Geografia, bem como em produções recentes sobre a conjuntura política brasileira. A análise evidencia que a prática docente em Geografia tem sido marcada por pressões externas que fragilizam sua função social, mas também aponta possibilidades de enfrentamento por meio de metodologias ativas, interdisciplinaridade, uso crítico de recursos didáticos e fortalecimento da formação continuada. Conclui-se que o ensino de Geografia, mesmo em um ambiente político adverso, mantém potencial estratégico para a construção de uma educação democrática e emancipatória.

PALAVRAS-CHAVE

Geografia escolar; educação básica; polarização política; autonomia docente.

ABSTRACT

This article analyzes the contemporary challenges faced by geography teachers in basic education amid political polarization in twenty-first-century Brazil. As a critical and analytical discipline, geography plays a central role in citizenship education by examining territory, socio-spatial inequalities, the environment, and globalization. However, intensifying political polarization has directly affected teaching practice, generating tensions in schools, restrictions on academic freedom, and attempts to silence debate. Methodologically, this qualitative literature review draws on classical and contemporary scholarship on geography education and recent studies of Brazil's political context. The analysis shows that external pressures have weakened the social function of geography teaching, while also identifying ways to address these challenges through active learning methods, interdisciplinarity, critical use of teaching resources, and stronger continuing teacher education. The study concludes that, even in an adverse political environment, geography education retains strategic potential to foster democratic and emancipatory education.

KEYWORDS

School geography; basic education; political polarization; teacher autonomy.

RESUMEN

Este artículo analiza los desafíos contemporáneos que enfrentan los docentes de la Geografía en la Educación Básica ante el escenario de polarización política en Brasil en el siglo XXI. La Geografía, como disciplina de carácter crítico y analítico, desempeña un papel central en la formación ciudadana al problematizar el territorio, las desigualdades socioespaciales, el medio ambiente y la globalización. Sin embargo, la intensificación de la polarización ha repercutido directamente en la práctica docente, manifestándose en tensiones en el espacio escolar, restricciones a la libertad de cátedra e intentos de silenciamiento de los debates. Metodológicamente, se trata de una investigación cualitativa de carácter bibliográfico, sustentada en autores clásicos y contemporáneos de la enseñanza de la Geografía, así como en producciones recientes sobre la coyuntura política brasileña. El análisis evidencia que la práctica docente en Geografía ha estado marcada por presiones externas que debilitan su función social, pero también señala posibilidades de enfrentamiento mediante metodologías activas, la interdisciplinariedad, el uso crítico de recursos didácticos y el fortalecimiento de la formación continua. Se concluye que la enseñanza de la Geografía, incluso en un contexto político adverso, mantiene un potencial estratégico para la construcción de una educación democrática y emancipadora.

PALABRAS CLAVE

Geografía escolar. Educación Básica. Polarización política. Autonomía docente.

1 INTRODUÇÃO

Nas primeiras décadas do século XXI, a sociedade brasileira tem sido marcada por um processo de intensa polarização política, potencializado pelas redes sociais digitais, pelo avanço das *fake news* e pela fragmentação do diálogo democrático. Esse fenômeno, que ultrapassa a esfera institucional e alcança a vida cotidiana, repercute diretamente na educação e, em especial, no ensino de Geografia. Trata-se de uma disciplina que, por sua natureza crítica e reflexiva, assume papel central na formação cidadã ao problematizar questões como globalização, desigualdades socioespaciais, urbanização, conflitos territoriais e meio ambiente (Cavalcanti, 2019; Vesentini, 2013).

Diversos autores clássicos e contemporâneos têm defendido o caráter político e formador da educação. Freire (1996) concebe o ato educativo como prática política indissociável do diálogo e da libertação, enquanto Saviani (2020) enfatiza a função transformadora da escola na construção de uma consciência crítica. Apple (2003), por sua vez, problematiza a dimensão ideológica do currículo e o silenciamento de vozes dissidentes, enquanto Callai (2010) e Cavalcanti (2019) destacam a relevância da Geografia escolar para o entendimento da complexidade do espaço e para a formação de sujeitos atuantes na realidade.

Embora esses referenciais sejam fundamentais, observa-se uma lacuna: ainda são escassos os estudos que analisam de maneira sistemática como o contexto de polarização política brasileira do século XXI impacta especificamente a prática docente em Geografia, tensionando sua autonomia, restringindo debates críticos e produzindo novos desafios para o trabalho pedagógico.

É justamente nesse ponto que este artigo pretende avançar. Diferentemente de reflexões mais gerais sobre educação crítica e currículo, busca-se aqui compreender como a polarização política contemporânea se materializa na docência em Geografia, identificando três dimensões principais de desafios: a desvalorização da autonomia docente, o cerceamento de debates críticos e as condições estruturais e sociais que limitam a prática pedagógica. Além disso, o artigo propõe analisar as possibilidades de enfrentamento desses desafios, considerando metodologias ativas, interdisciplinaridade, uso de recursos culturais e digitais e fortalecimento da formação continuada como caminhos para a resistência e a reafirmação do papel social da Geografia escolar.

Assim, o objetivo deste estudo é analisar os desafios contemporâneos enfrentados pelo professor de Geografia na Educação Básica brasileira em um cenário de polarização política. Para tanto, adota-se uma abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica, apoiada em autores clássicos e contemporâneos da área e em produções recentes sobre a conjuntura política nacional. Busca-se, dessa forma, não apenas atualizar o debate sobre a docência em Geografia, mas também oferecer um modelo

analítico que contribua para compreender os limites e as possibilidades da prática pedagógica em um contexto político marcado pela polarização.

Além desta introdução, o artigo está organizado da seguinte forma: inicialmente, discute-se o papel social da Geografia escolar, destacando sua importância na formação cidadã. Em seguida, analisa-se o contexto político polarizado no Brasil contemporâneo e suas implicações para o campo educacional. Posteriormente, são apresentados os principais desafios enfrentados pelos professores de Geografia, organizados em dimensões política, pedagógica e estrutural. Na sequência, discutem-se possibilidades de enfrentamento, acompanhadas de exemplos práticos de aplicação. Por fim, são apresentadas as considerações finais do estudo.

2 JUSTIFICATIVA

A relevância deste artigo está em analisar os desafios contemporâneos enfrentados pelo professor de Geografia na Educação Básica brasileira em meio ao cenário de polarização política do século XXI. Embora existam estudos que abordem a relação entre política e educação, este trabalho busca avançar ao propor uma leitura crítica que sistematiza os principais entraves vivenciados na prática docente e, ao mesmo tempo, apresenta possibilidades concretas de enfrentamento.

A contribuição inédita desta pesquisa consiste em organizar uma reflexão que pode ser traduzida em um modelo analítico dos desafios docentes, articulado em três dimensões principais: política, pedagógica e estrutural. Além disso, o estudo sugere um quadro comparativo entre práticas de enfrentamento, evidenciando como metodologias ativas, interdisciplinaridade, uso de tecnologias, linguagens culturais e formação continuada podem se constituir como estratégias de resistência e inovação pedagógica. Essa sistematização permite vislumbrar uma tipologia das tensões vivenciadas pelos docentes, oferecendo ao campo acadêmico e às práticas escolares um referencial teórico-metodológico que colabora para compreender e enfrentar o contexto adverso da polarização política.

Assim, o artigo não apenas retoma o debate sobre a função social da Geografia escolar, mas também aponta caminhos inovadores que fortalecem sua centralidade na formação cidadã, reafirmando sua relevância como prática transformadora e emancipatória.

3 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória, fundamentada em revisão bibliográfica. De acordo com Gil (2008), a revisão bibliográfica possibilita a análise crítica de produções já consolidadas, permitindo identificar lacunas e novas interpretações sobre um objeto de estudo. A busca bibliográfica foi realizada entre março e maio de 2024 em três bases de dados científicas – SciELO, Google Scholar e Portal de Periódicos da CAPES –, utilizando-se os descritores “Geografia escolar”, “docência em Geografia”, “polarização política e educação” e “auto-

nomia docente". O recorte temporal compreendeu o período de 2000 a 2023, de forma a abarcar tanto produções clássicas quanto contemporâneas sobre o tema.

No total, foram localizados 32 trabalhos entre artigos, livros e capítulos. Após leitura dos títulos e resumos, aplicaram-se critérios de inclusão e exclusão. Foram incluídos estudos publicados em periódicos revisados por pares ou em livros de reconhecida relevância na área de Educação e Geografia, que discutissem diretamente ensino de Geografia, docência, currículo ou impactos da conjuntura política na escola, escritos em português. Foram excluídas produções de caráter opinativo ou sem rigor científico, estudos restritos a outros componentes curriculares sem relação com a Geografia e trabalhos duplicados nas bases de dados. Após essa filtragem, permaneceram 18 referências, que compuseram o corpus da pesquisa.

A análise foi conduzida segundo a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), desenvolvida em três etapas. A primeira consistiu na pré-análise, com leitura flutuante do material e organização do corpus. A segunda correspondeu à exploração do material, na qual os textos foram categorizados em eixos temáticos relacionados ao papel social da Geografia, à polarização política, aos desafios da docência e às possibilidades de enfrentamento. A terceira etapa consistiu no tratamento dos resultados e interpretação, momento em que as categorias foram articuladas aos referenciais teóricos selecionados, buscando identificar convergências, tensões e lacunas na literatura.

Essa sistematização conferiu maior consistência ao processo analítico, possibilitando compreender de forma aprofundada como a polarização política contemporânea impacta a prática docente em Geografia e quais estratégias vêm sendo apontadas para o enfrentamento desses desafios.

A análise das produções selecionadas permitiu identificar três tendências principais na literatura: (1) estudos que abordam o ensino de Geografia sob a perspectiva da formação crítica e cidadã; (2) pesquisas que discutem a relação entre educação e contexto político, com ênfase na influência de discursos ideológicos sobre o currículo; e (3) investigações voltadas às práticas pedagógicas e metodologias de ensino na Geografia escolar. No entanto, observou-se que são limitados os estudos que articulam diretamente a prática docente em Geografia com o fenômeno contemporâneo da polarização política no Brasil, evidenciando a lacuna que este artigo busca problematizar e analisar.

4 A GEOGRAFIA ESCOLAR E SEU PAPEL SOCIAL

A Geografia escolar ocupa lugar central na formação de cidadãos críticos, pois possibilita ao aluno compreender as relações entre sociedade e natureza, as dinâmicas do espaço geográfico e as contradições do mundo globalizado (Vesentini, 2013). Mais do que transmitir conteúdos, a disciplina deve fomentar o pensamento reflexivo e a capacidade de análise espacial, elementos indispensáveis à construção de uma cidadania ativa.

De acordo com Cavalcanti (2019), a Geografia na Educação Básica deve articular conceitos e práticas que permitam ao estudante desenvolver consciência crítica sobre os problemas de seu tempo. A autora defende que a disciplina não pode ser reduzida a uma abordagem descritiva,

mas deve ser orientada pela perspectiva analítica e problematizadora, de modo a relacionar os conteúdos científicos ao cotidiano vivido pelos estudantes. Nesse sentido, a prática docente se configura como um espaço de mediação entre o conhecimento acadêmico e a realidade social, demandando sensibilidade pedagógica para transformar conceitos abstratos em instrumentos de compreensão da realidade concreta.

Para Callai (2011), ensinar Geografia é ensinar o aluno a "ler o mundo", ou seja, a decifrar os códigos espaciais que estruturam a vida social. A escola, nesse contexto, deve propiciar condições para que o estudante compreenda sua inserção no espaço, reconheça as desigualdades que nele se manifestam e perceba-se como sujeito ativo nas transformações sociais. Esse olhar reforça a função social da disciplina, que não se limita à memorização de nomes de rios, capitais ou países, mas à construção de uma visão crítica sobre a organização espacial do mundo.

Segundo Kaercher (2004), a Geografia escolar deve ser ensinada como um "instrumento de libertação", possibilitando ao aluno refletir sobre as contradições que estruturam a sociedade capitalista e as formas como tais contradições se materializam no espaço geográfico. Para o autor, é nesse ponto que o ensino de Geografia assume caráter político, sem ser necessariamente partidário, pois o simples ato de questionar desigualdades, exclusões e disputas territoriais já significa estimular o pensamento crítico.

Outro aspecto relevante é destacado por Carlos (2007), ao afirmar que a Geografia deve possibilitar ao estudante compreender o espaço como "condição, meio e produto das relações sociais". Dessa forma, o espaço geográfico deixa de ser visto apenas como cenário e passa a ser compreendido como construção histórica e social, marcada por relações de poder, conflitos e interesses. Essa perspectiva amplia a função social da Geografia escolar, pois evidencia a interdependência entre os fenômenos locais e globais, permitindo ao aluno posicionar-se criticamente frente às transformações contemporâneas.

Nesse diálogo entre autores, percebe-se que há um consenso quanto à necessidade de a Geografia escolar ir além do ensino de conteúdos descontextualizados. Ela deve proporcionar ao estudante ferramentas cognitivas para interpretar criticamente sua realidade e agir nela de forma consciente. Assim, ensinar Geografia no século XXI implica, necessariamente, enfrentar os dilemas de uma sociedade marcada por desigualdades socioespaciais, crises ambientais e polarizações políticas, sem abrir mão de seu compromisso ético e formador.

5 O CONTEXTO POLÍTICO POLARIZADO NO BRASIL

O Brasil do século XXI tem sido marcado por disputas políticas acirradas, intensificadas em momentos eleitorais e reforçadas pelo uso das redes sociais como arenas de confronto ideológico. A polarização política tornou-se um fenômeno que transcende o campo institucional, alcançando dimensões culturais, sociais e educacionais, produzindo um ambiente de tensão constante no debate público. Como afirma Saviani (2020), a escola, historicamente, deve ser espaço de pluralidade e formação crítica, mas, em tempos de polarização, torna-se alvo de disputas que limitam a liberdade pedagógica e o exercício democrático do pensamento.

Essa intensificação da polarização não pode ser compreendida de forma descolada das transformações sociais e econômicas em curso. Segundo Singer (2018), as disputas eleitorais brasileiras, sobretudo a partir de 2014, cristalizaram a divisão política em dois grandes blocos, representados por visões antagônicas de sociedade e de projeto de nação. Tal antagonismo ampliou a sensação de instabilidade institucional, influenciando diretamente a forma como diferentes grupos sociais percebem as instituições democráticas, entre elas a escola.

As redes sociais digitais assumiram papel central na difusão de informações e desinformações, contribuindo para a radicalização das posições políticas (Santos; Evangelista, 2022). Nesse processo, o discurso polarizado não apenas simplifica a realidade em categorias dicotômicas – "nós contra eles" –, mas também dificulta a construção de consensos, enfraquecendo o diálogo e limitando o espaço para mediações. Como observa Castells (2018), o espaço público contemporâneo é marcado pela interseção entre mídia e política, em que narrativas simplificadas, muitas vezes baseadas em *fake news*, moldam percepções sociais.

O professor de Geografia, por lidar com temas sensíveis como questões ambientais, agrárias, urbanas e geopolíticas, encontra-se frequentemente no centro desses conflitos. Como destaca Freire (1996), a educação é, por natureza, um ato político; no entanto, confundir ato político com doutrinação ideológica constitui uma distorção que compromete o direito do estudante a uma formação crítica e cidadã. Essa distorção tem sido utilizada como estratégia de cerceamento, fazendo com que docentes evitem determinados temas por medo de perseguições, fenômeno que dialoga com a noção de "silenciamento pedagógico", discutida por Apple (2003), quando o currículo é limitado por forças externas que buscam controlar o que pode ou não ser dito em sala de aula.

De acordo com Carlos (2007), compreender o espaço como construção histórica e social implica também reconhecer que a escola é reflexo das tensões políticas que atravessam a sociedade. O embate entre projetos de educação crítica e projetos de controle ideológico reflete-se nas práticas escolares cotidianas, impondo ao docente o desafio de manter a qualidade do ensino sem se submeter a pressões externas.

Nesse sentido, o estudo de Lima e Nascimento (2023) sobre a distribuição espacial dos votos nas eleições presidenciais de 2022 no estado do Piauí contribui para o entendimento da materialização territorial da polarização política. A análise cartográfica apresentada pelos autores revela que os padrões de votação se relacionam diretamente com fatores socioeconômicos, evidenciando desigualdades estruturais que moldam o comportamento político. Essa perspectiva é fundamental para compreender que a polarização não se limita ao campo simbólico ou discursivo, mas está enraizada nas condições materiais de existência da população, revelando o papel da Geografia na análise do território enquanto espaço de poder e disputa.

Além disso, como argumenta Vesentini (2013), a Geografia escolar tem a tarefa de ajudar os estudantes a perceberem essas contradições entre espaço e sociedade, fornecendo ferramentas para que compreendam as dinâmicas que estruturam o mundo contemporâneo. Nesse contexto, a polarização política emerge como um conteúdo transversal, pois atravessa os debates sobre democracia, cidadania, desigualdade e sustentabilidade, exigindo do professor uma postura crítica e mediadora.

Em síntese, o contexto político polarizado do Brasil no século XXI impõe aos professores, especialmente os de Geografia, o desafio de resistir ao cerceamento de debates e de manter a escola como espaço de construção de consciência crítica. Isso demanda um compromisso ético-político do docente, que deve reafirmar a importância da pluralidade de ideias e da análise crítica como fundamentos indispensáveis à formação cidadã, mesmo em meio às pressões que tentam reduzir o papel da educação a uma função meramente técnica e despolitizada.

6 OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA

Entre os principais desafios enfrentados pelos docentes de Geografia na Educação Básica, destacam-se questões de ordem política, pedagógica e estrutural, que impactam diretamente a qualidade do ensino e a autonomia docente.

A desvalorização da autonomia docente constitui um dos pontos mais críticos. A liberdade de cátedra, assegurada pela Constituição Federal de 1988, tem sido alvo de frequentes ataques no cenário político polarizado, sendo constantemente questionada por discursos que acusam a escola de promover manipulação ideológica. Segundo Saviani (2020), a educação deve ser compreendida como prática social transformadora, e restringir a liberdade do professor significa enfraquecer sua função crítica no processo de formação cidadã. Nesse sentido, o professor de Geografia se vê obrigado a negociar constantemente entre a fidelidade ao conhecimento científico e as pressões externas que buscam limitar o alcance de sua prática pedagógica.

Outro desafio refere-se ao cerceamento de debates críticos. Questões sensíveis como mudanças climáticas, conflitos territoriais, movimentos sociais e desigualdades socioespaciais, que deveriam ser centrais para a construção da consciência geográfica, muitas vezes são silenciadas por receio de represálias. Cavalcanti (2019) destaca que a Geografia escolar deve promover a problematização do espaço vivido, incentivando a análise crítica e a reflexão. No entanto, esse potencial é frequentemente enfraquecido em um ambiente de polarização política, em que o debate crítico é confundido com doutrinação.

As condições estruturais da escola também constituem um entrave significativo. Limitações materiais, ausência de recursos didáticos adequados, excesso de alunos por turma e precarização do trabalho docente comprometem a efetividade do ensino. Para Vesentini (2013), a Geografia, quando reduzida apenas à transmissão de conteúdos sem instrumentos que estimulem a análise e a criticidade, perde sua função social. Assim, o desafio estrutural está diretamente relacionado à própria democratização do acesso ao conhecimento geográfico.

Além disso, cresce a pressão social e familiar sobre os docentes. Muitos professores relatam episódios de perseguições, denúncias ou constrangimentos oriundos de famílias ou grupos organizados que questionam conteúdos curriculares considerados polêmicos. Freire (1996) já alertava para a impossibilidade de uma prática educativa neutra, uma vez que todo processo formativo envolve escolhas políticas, culturais e éticas. Nesse sentido, negar a legitimidade do trabalho docente significa comprometer a própria função social da escola enquanto espaço plural e democrático.

Tais desafios revelam a urgência de uma prática docente pautada no equilíbrio entre a responsabilidade social da educação e a defesa da pluralidade de ideias. Como enfatiza Callai (2010), o professor de Geografia deve atuar como mediador do conhecimento, possibilitando que o estudante compreenda o espaço geográfico em sua complexidade e se reconheça como sujeito ativo na transformação da realidade. Portanto, mais do que resistir às pressões externas, cabe ao docente reafirmar o papel da Geografia escolar como instrumento de formação crítica, capaz de contribuir para a construção de uma sociedade mais democrática e inclusiva.

7 POSSIBILIDADES DE ENFRENTAMENTO

Apesar das adversidades que atravessam o exercício docente no contexto atual, o professor de Geografia dispõe de possibilidades concretas de enfrentamento, capazes de ressignificar sua prática pedagógica e garantir a função social da disciplina.

Uma primeira possibilidade é investir em metodologias ativas, que deslocam o estudante da posição de receptor passivo de conteúdos para protagonista da construção do conhecimento. Moran (2018) argumenta que tais metodologias ampliam a autonomia intelectual dos alunos, favorecendo a análise crítica de diferentes perspectivas e estimulando a aprendizagem significativa. Na Geografia, isso pode se traduzir em atividades investigativas, produção de mapas mentais, uso de tecnologias digitais e projetos de pesquisa ligados ao espaço vivido, o que contribui para desenvolver nos estudantes uma postura crítica diante das contradições sociais e ambientais.

Outro caminho consiste em apoiar-se nos documentos oficiais que orientam a educação brasileira, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017). Esses documentos destacam a importância de formar sujeitos críticos e participativos, e, no caso específico da Geografia, apontam para a necessidade de compreender o espaço em sua multidimensionalidade. Para Cavalcanti (2019), a BNCC pode ser lida não como uma camisa de força, mas como uma oportunidade de reafirmar o papel da Geografia na formação integral do estudante, desde que interpretada de maneira crítica e contextualizada.

Nesse processo, a interdisciplinaridade surge como um recurso indispensável. Morin (2015) enfatiza que os problemas complexos da contemporaneidade exigem uma abordagem que ultrapasse os limites disciplinares, permitindo conexões entre saberes. No ensino de Geografia, isso pode se traduzir em diálogos com a História, a Sociologia, a Biologia e a Educação Ambiental, possibilitando que os alunos compreendam, de maneira integrada, questões como mudanças climáticas, desigualdades socioespaciais e conflitos geopolíticos. Callai (2010) complementa que essa prática contribui para que os estudantes percebam a totalidade do espaço geográfico, sem reduzi-lo a fragmentos isolados de conhecimento.

Outro aspecto essencial é o fortalecimento da formação continuada docente. Segundo Nóvoa (1992), a identidade profissional do professor se constrói na prática e na reflexão crítica sobre ela, de modo que investir em processos formativos permanentes é condição para enfrentar os desafios políticos e sociais do ambiente escolar. No caso da Geografia, isso implica não apenas a atualização

em termos de conteúdos científicos e tecnológicos, mas também a capacitação para lidar com as tensões que atravessam a sala de aula em um contexto de polarização. Vesentini (2013) lembra que o professor precisa se reconhecer como intelectual transformador, capaz de intervir criticamente na realidade, e não apenas como transmissor de informações.

Portanto, as estratégias de enfrentamento não devem ser vistas como soluções isoladas, mas como ações articuladas que fortalecem o processo educativo, reafirmando a centralidade da Geografia escolar na formação de cidadãos críticos, reflexivos e participativos. Mais do que resistir às pressões externas, cabe ao professor transformar tais desafios em oportunidades de repensar a prática pedagógica e reafirmar o compromisso ético e social da educação.

8 EXEMPLOS PRÁTICOS DE APLICAÇÃO

As estratégias de enfrentamento só se tornam efetivas quando materializadas em práticas pedagógicas concretas, capazes de dialogar com a realidade dos estudantes e promover aprendizagens significativas. Nesse sentido, o ensino de Geografia pode se beneficiar de diferentes iniciativas. Projetos interdisciplinares que investiguem problemáticas locais, como a gestão de resíduos sólidos, a qualidade da água ou a ocupação urbana desordenada, contribuem para articular a disciplina com outras áreas do conhecimento e para aproximar os conteúdos do cotidiano. Morin (2015) defende que compreender a complexidade dos fenômenos exige o rompimento de fronteiras disciplinares, de modo que tais projetos permitem ao aluno perceber a realidade em sua totalidade.

O uso de cartografia digital e de geotecnologias, por sua vez, amplia as possibilidades de análise do espaço, possibilitando a compreensão de fenômenos contemporâneos a partir de ferramentas como Google Earth, QGIS e aplicativos de georreferenciamento. Vesentini (2013) destaca que a cartografia, quando empregada de forma crítica, deixa de ser apenas técnica e se transforma em instrumento de interpretação da realidade, potencializando o desenvolvimento da cidadania.

Outra prática relevante é a realização de debates mediados e a análise crítica de discursos midiáticos. A polarização política, frequentemente refletida no espaço escolar, pode ser convertida em oportunidade pedagógica por meio da comparação de diferentes fontes de informação e da construção de espaços de diálogo. Freire (1996) ressalta que a educação libertadora exige o exercício da escuta e da argumentação, tornando o debate uma ferramenta indispensável para o fortalecimento da consciência crítica.

Também merece destaque a utilização de linguagens culturais diversas, como histórias em quadrinhos, cordéis e outras manifestações artísticas regionais, que aproximam os conteúdos da realidade dos estudantes e tornam o processo de aprendizagem mais atrativo. Vergueiro e Ramos (2009) defendem que os quadrinhos, por exemplo, têm grande potencial didático, pois permitem tratar de temas complexos como globalização e geopolítica de forma acessível e crítica.

Ademais, simulações e jogos de papéis, como a encenação de negociações internacionais ou conferências ambientais, oferecem aos estudantes a possibilidade de vivenciar situações reais de disputa

ou cooperação, compreendendo de forma prática a dinâmica do espaço geopolítico. Moran (2018) argumenta que as metodologias ativas, ao estimularem o protagonismo discente, favorecem a cooperação e a resolução de problemas.

Por fim, a produção de mapas mentais e narrativas cartográficas possibilita que os alunos expressem suas percepções e representações do espaço, relacionando experiências pessoais com processos globais. Callai (2010) lembra que aprender Geografia é também aprender a se localizar no mundo, reconhecendo-se como sujeito inserido em múltiplas escalas espaciais.

Esses exemplos evidenciam que a prática docente em Geografia pode superar limitações estruturais e políticas quando articulada a metodologias criativas, dialógicas e críticas. Mais do que recursos didáticos, essas práticas configuram-se como estratégias de resistência e de reafirmação da função social da disciplina, contribuindo para a formação de cidadãos ativos, reflexivos e conscientes das contradições do mundo contemporâneo.

9 CONCLUSÃO

Os desafios enfrentados pelo professor de Geografia na Educação Básica, em meio ao cenário político polarizado do Brasil do século XXI, evidenciam que a prática docente não pode ser dissociada das disputas ideológicas e das condições estruturais que atravessam a escola. Este artigo contribuiu ao propor uma sistematização inédita desses desafios em três dimensões – política, pedagógica e estrutural –, permitindo compreender de maneira mais precisa como a polarização contemporânea impacta a autonomia docente, o desenvolvimento do pensamento crítico e a efetividade do ensino. Além disso, foram apresentadas possibilidades de enfrentamento ancoradas em metodologias ativas, interdisciplinaridade, uso de linguagens culturais e digitais e fortalecimento da formação continuada, configurando um referencial prático e teórico para professores e pesquisadores da área.

Entretanto, reconhece-se que o estudo possui limitações. Por tratar-se de uma revisão bibliográfica, não foram analisadas experiências empíricas em sala de aula que poderiam ilustrar de forma mais concreta a aplicabilidade das estratégias propostas. Além disso, a ausência de um diálogo mais aprofundado com produções internacionais restringe a comparação da realidade brasileira com outros contextos educacionais igualmente atravessados por processos de polarização política.

Essas limitações, no entanto, abrem caminhos para pesquisas futuras. Estudos empíricos, de caráter qualitativo ou quantitativo, poderão investigar de que maneira os professores de Geografia vivenciam concretamente a polarização no cotidiano escolar, analisando suas estratégias de resistência e inovação pedagógica. Da mesma forma, comparações internacionais podem enriquecer a compreensão do fenômeno, permitindo identificar similitudes e singularidades do caso brasileiro.

Conclui-se, portanto, que a docência em Geografia, longe de ser mera transmissora de conteúdos, deve assumir-se como prática transformadora e crítica, reafirmando a pluralidade, a democracia e a justiça social como fundamentos indispensáveis da educação. Mesmo em um contexto adverso, a Geografia escolar mantém potencial estratégico para formar sujeitos conscientes, reflexivos e capazes

de intervir na realidade, reafirmando sua centralidade na construção de uma educação verdadeiramente emancipatória. Nesse sentido, o estudo contribui para o avanço do campo ao estabelecer uma articulação inédita entre ensino de Geografia e polarização política contemporânea, oferecendo um referencial analítico aplicável a diferentes contextos educacionais.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. **Educando à direita:** mercados, padrões, Deus e desigualdade. São Paulo: Cortez, 2003.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

CALLAI, Helena Copetti. A formação do professor de Geografia. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 18-35, 2011.

CALLAI, Helena Copetti. Estudar o lugar para compreender o mundo. *In*: CASTROGIOVANNI, A. C. (org.). **Ensino de geografia:** práticas e textualizações no cotidiano. Porto Alegre: Mediação, 2010. p. 83-102.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano:** novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2007.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura:** a crise da democracia liberal. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Ensino de Geografia e diversidade:** construção de conhecimentos geográficos escolares e atribuição de significados pelos alunos. Goiânia: Cânone Editorial, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessári**os à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KAERCHER, Nestor André. O ensino de Geografia: horizontes possíveis. **Geografia:** Ensino & Pesquisa, Santa Maria, v. 8, n. 2, p. 35-44, 2004.

LIMA, Juscelino Gomes; NASCIMENTO, Bruno dos Santos. Análise da distribuição espacial dos votos nas eleições presidenciais de 2022 no estado do Piauí: uma abordagem cartográfica a partir de dados socioeconômicos. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 10, n. 8, p. 1290-1312, 2023. DOI: https://doi.org/10.51891/rease.v10i8.15022

MORAN, José Manuel. Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda. **Revista de Educação e Linguagem**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 25-42, 2018.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2015.

NÓVOA, António. **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

SANTOS, Boaventura de Sousa; EVANGELISTA, Olinda. A radicalização da política e os desafios da educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 43, p. 1-23, 2022.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2020.

SINGER, André. **O lulismo em crise:** um quebra-cabeça do período Dilma (2011–2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

VERGUEIRO, Waldomiro; RAMOS, Paulo (orgs.). **Quadrinhos na educação:** da rejeição à prática. São Paulo: Contexto, 2009.

VESENTINI, José William. **Geografia:** práticas pedagógicas para o ensino médio. São Paulo: Ática, 2013.

Recebido em: 20 de Janeiro de 2026
Avaliado em: 25 de Abril de 2026
Aceito em: 19 de Setembro de 2026

A autenticidade desse artigo pode ser conferida no site https://periodicos.set.edu.br

Copyright (c) 2026 Revista Interfaces Científicas - Educação

Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License.

1 Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI, 2023), Licenciatura em Pedagogia pelo Centro Universitário Cidade Verde (UNICV, 2024) e Licenciatura em Sociologia também pelo Centro Universitário Cidade Verde (UNICV, 2024). Atualmente, é Mestrando em Geografia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) e Bacharelando em Ciências da Computação pela UNIBF.
E-mail: bruno7.bn77.bn@gmail.com /
Orcid: https://orcid.org/0009-0009-4632-0257

2 Pós-doutoramento (2024, IGOT/ULISBOA). Doutor em Educação Brasileira e Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFC). Especialista em Ensino de Geografia e Graduado em Geografia - Licenciatura (UECE). É professor Efetivo, Classe Associado III, da Universidade Federal do Piauí (UFPI) com atividade profissional no curso de Licenciatura em Geografia (Graduação), no Programa de Pós-graduação em Geografia/Mestrado/UFPI com a realização de estudo, pesquisa, extensão, publicação, orientação e supervisão, formação contínua de Docentes em Geografia com ênfase em Geografia Humana: Geografia urbana; espaço urbano e instituições educacionais; história do pensamento geográfico; estágio curricular para o ensino em Geografia; história da disciplina Geografia; metodologias do ensino de Geografia; currículo, avaliação e ensino de Geografia e educação ambiental; e no Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas/Mestrado e Doutorado/UFPI, com foco em Estado, Políticas Publicas, Urbanização e Cidadania.
E-mail: raimundolenilde@ufpi.edu.br /
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-5491-0996